



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	16. MAR. 1980		

# DÉFICE ORÇAMENTAL AUMENTARÁ PARA 150 MILHÕES DE CONTOS

● Balança cambial desequilibrou-se nos dois meses anteriores

O ministro das Finanças, Cavaco e Silva, admitiu nas jornadas parlamentares do CDS que o défice geral do Orçamento Geral do Estado vai aumentar em 1980. O ministro não estimou o montante do défice, mas fontes governamentais admitiram desde há dias que se situa na ordem dos 150 milhões de contos, contra os 120 milhões do ano passado.

Cavaco e Silva relacionou o aumento do défice orçamental com a redução das exportações perspectivadas para o ano em curso. Com efeito, será necessário, em face da redução das exportações, aumentar as despesas públicas para manter procura interna e evitar situações ruins para algumas empresas.

Cavaco e Silva referiu, segundo a ANOP, uma quebra da competitividade da economia portuguesa nos mercados externos e a recessão internacional como causas principais da redução das exportações. A competitividade foi, designadamente, reduzida com a recente revalorização do escudo em 6 por cento que o Governo espera ver compensada com a imaginação dos empresários.

## ● Revalorização — face negativa

Ocorre, contudo, que a revalorização é difícil de compensar, sobretudo nos sectores que se apresentavam nos mercados internacionais com competitividade reduzida e para quem a única margem de manobra possível eram os efeitos de «crawling peg». Na verdade, vendendo este mês sem lucros, ou com lucros mínimos, os industriais conseguiriam ganhar no momento do recebimento o correspondente à diferença de câmbio entre o mo-

mento do negócio e o do pagamento.

Com a revalorização, empresas houve que não só perderam a competitividade, como sofreram elevadíssimos prejuízos. Com efeito, os custos de produção não baixaram e os negócios que estavam firmes sofreram de um dia para o outro um rombo de 6 por cento. Só na indústria têxtil os prejuízos rondarão os 2 milhões de contos, a dar crédito a declaração concedida por um conceituado industrial nortenho a um semanário lisboeta.

Uma outra área em que a revalorização veio provocar perturbações é a da sapataria, em que Portugal sofre uma violenta concorrência de espanhóis e italianos.

Trata-se, como o têxtil, de um sector com estações precisas para o desenvolvimento dos negócios. Para além do resto, o momento da revalorização — mais determinado por motivos políticos do que por razões económicas — foi inoportuno.

## ● Pressão sobre os salários

É inquestionável que a desvalorização a que vimos assistindo, com especial acuidade desde Fevereiro de 1977, tem um forte efeito inflacionista. Ficando mais caras as matérias-primas importadas, aumentam naturalmente os preços dos produtos que consumimos. Mas ficam mais baratos para os estrangeiros os nossos produtos dando isso especial margem de manobra a uma indústria frágil como a nossa, que assim se vê convidada a investir, porquanto, à medida que o tempo passa, reduzem os encargos de amortização com os capitais fixos e historicamente está provado que são os salários que não baixaram de preço.

rios que perseguem os preços — e não o contrário.

A revalorização vem provocar efeitos contrários. As matérias-primas, e eventualmente os equipamentos (eventualmente, porque a realização de um projecto demora mais de seis meses e ao fim de oito a revalorização foi «comida» sem que se saiba o que vem depois) custarão mais barato mas os outros factores de pro-

e a taxa de conversão do preço final em divisas ou não permite concorrer ou só o permite com uma margem de lucro mínima, que não é interessante para as empresas...

Natural é que, em tal conjuntura, se rompam manifestações de boa vontade relativas a aumentos de salários dos trabalhadores anteriormente feitas. A redução dos proveitos (em escudos) das empresas vi-

radas para a exportação funciona objectivamente, como uma pressão sobre os salários, que, corroídos já antes da revalorização, terão de pagar os seus efeitos.

Isso poderá, aliás, vir a ser objecto de medidas governamentais a muito curto prazo, numa tentativa de introduzir um travão na reivindicação acelerada pelos recentes aumentos dos preços e não compensada até agora por quaisquer efeitos positivos da revalorização, que só se viram como manifestação de propaganda.

Fontes fidedignas disseram, entretanto, ao JN que a balança cambial, que registou uma situação de «superavit» nos últimos meses do ano viu inverter-se o movimento de equilíbrio no princípio do ano.

Segundo apurámos, os resultados de Janeiro a Fevereiro são francamente negativos, razão por que até agora não foram divulgados os números.

O défice tem a ver, designadamente, com uma queda abrupta das remessas dos emigrantes.

Cuidar o Futuro

# «GOVERNO RESTRINGE A PRÁTICA CULTURAL»

— afirma a Juventude Socialista

Reunida ontem, em Lisboa, a Comissão Política Nacional da Juventude Socialista, entre outras, chegou às conclusões seguintes:

Quanto à situação no Alentejo, considera que a política de Governo «visa criar a instabilidade política e destruir a Reforma Agrária», denunciando «irregularidades na aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária, saneamentos, instauração de

processos disciplinares a funcionários do MAP e corrupção na entrega de reservas».

Aquela Comissão decidiu promover em Junho o I Encontro de Jovens Agricultores Socialistas.

Relativamente à política cultural, a JS decidiu «alertar a juventude portuguesa contra as medidas do Governo AD que visam restringir a liberdade da prática cultural, reintroduzindo velhos critérios ideológicos, quer na concessão de subsídios a grupos culturais juvenis, quer proibindo a divulgação de textos de figuras incontestáveis como Bento de Jesus Caraça e Afonso Costa, práticas essas que a JS repudia veementemente».

Quanto ao ensino, a Comissão Nacional da JS manifesta a sua «clara oposição à política de ensino que tem sido desenvolvida pelo Governo AD. A prática deste tem-se traduzido, nas tentativas de limitação da autonomia universitária, na destruição da independência das associações de estudantes face ao Estado e no esvaziamento das reformas democráticas introduzidas após o 25 de Abril».